



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Mário Daniel da Rocha Domingos

# O VOTO ECONÓMICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE EMPÍRICA

*Trabalho de projeto no âmbito do Mestrado em Economia, na especialização em Economia do Crescimento e das Políticas Estruturais, orientado pelo Professor Doutor Rodrigo Caldeira de Almeida Martins e apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.*

Fevereiro de 2023





# O Voto Económico em Portugal no Século XXI: Uma Análise Empírica

Mário Daniel da Rocha Domingos

*Trabalho de Projeto no âmbito do Mestrado em Economia, na especialização em Economia do Crescimento e das Políticas Estruturais, orientado pelo Professor Doutor Rodrigo Caldeira de Almeida Martins e apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre.*

Coimbra, Fevereiro de 2023



## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de um longo e sinuoso percurso, durante o qual tive a oportunidade de absorver novos conhecimentos, essenciais para qualquer economista no desenvolvimento de uma perspetiva individual mais integrada da sociedade em que vivemos. Muito desse conhecimento não se materializa aqui, no entanto certamente será útil nos desafios que o futuro, sempre incerto, trará.

Todo este caminho não seria possível ter sido percorrido sem o precioso apoio do meu orientador, Professor Doutor Rodrigo Caldeira de Almeida Martins, a quem agradeço profundamente a atenção, a disponibilidade e a sabedoria com que sempre acompanhou a elaboração deste trabalho.

Gostaria de deixar um agradecimento à Estudantina Universitária de Coimbra e ao Grupo de Fado d'Anto, que me ensinaram a ser persistente em todos os desafios, e que, com rigor e trabalho, alcançamos sempre os nossos objetivos.

Por fim, e o mais importante, agradeço à minha família, com particular carinho, aos meus pais, que, dentro das possibilidades, sempre me apoiaram em todo o percurso académico.



## RESUMO

O voto económico é um tema envolvido num longo debate nas últimas décadas. Com base no conceito de "mercado político", foram desenvolvidas diversas teorias na tentativa de explicar a forma como a procura (eleitores) se relaciona com a oferta (agentes políticos), e como se obtêm equilíbrios neste mercado. Downs (1957) inaugura aquele que é o princípio norteador de qualquer trabalho empírico desta vertente de estudo: a hipótese da responsabilidade. Tendo em conta que é ao governo que compete a política económica, os eleitores atribuem-lhe responsabilidade pelo bom (mau) desempenho da economia. Desta forma, melhores (piores) condições económicas conduzem a melhores (piores) resultados eleitorais para o partido no governo. A responsabilização materializa-se quando observamos que os eleitores reelegem governos que conseguem apresentar uma boa performance económica e penalizam os que não conseguem fazê-lo.

O objetivo do presente trabalho de projeto passa por investigar o impacto da economia nas eleições mais recentes, procurando complementar os estudos existentes para estas eleições em Portugal. Para isso, recorreu-se a uma base de dados que engloba as seis eleições legislativas ocorridas ao longo dos já 20 anos do século XXI, com dados económicos, sociodemográficos e políticos dos 278 municípios de Portugal continental, de forma a estimar a função de voto dos governos. Os resultados obtidos encontram-se em linha com a literatura, no que respeita ao desemprego, no entanto contrariam-na quando analisamos o rendimento. No geral, os resultados da dimensão económica mostraram-se significativos na explicação do voto, assim como as variáveis políticas. A dimensão sociodemográfica parece não ter qualquer influência nos votos no partido incumbente.

Palavras-chave: Economia local; Eleições legislativas; Portugal; Voto Económico.

JEL: D72; H5; H7; R11

## ABSTRACT

Economic voting is a topic involved in a long debate in recent decades. Based on the concept of "political market", some theories were developed in an attempt to explain how demand (voters) relates to supply (political agents), and how balances are reached in this market. Downs (1957) inaugurates what is the guiding principle of any empirical work in this field of study: the responsibility hypothesis. Bearing in mind that the government is responsible for economic policy, voters attribute responsibility for the good (bad) performance of the economy. In this way, good (worst) economic conditions improve (reduce) the electoral results of the ruling party. The responsibility materializes when we observe that voters reelect governments that deliver good economic conditions and penalize those that do not.

The objective of this work is to investigate the impact of the economy in the most recent elections, seeking to complement the already existent studies for these elections in Portugal. For this, a database is collected, that includes the six legislative elections that took place over the 20 years of the 21st century, with economic, sociodemographic and political data from the 278 municipalities of mainland Portugal, in order to estimate the government vote function. The results obtained are in line with the literature, regarding unemployment, however they contradict it when we analyze real income. In general, the results of the economic dimension were found to be significant in explaining the vote, as well as the political variables. The sociodemographic dimension seems to have no influence on votes for the incumbent party.

Keywords: Economic voting; Legislative elections; Local economy; Portugal.

JEL: D72; H5; H7; R11

## SUMÁRIO

Resumo .....	v
Abstract.....	vi
Introdução.....	1
1. O Voto Económico: Teorias vigentes e trabalhos empíricos .....	3
1.1. Teoria Racional do Voto .....	4
1.2. Estudos empíricos sobre o Voto Económico .....	7
2. Breve caracterização das eleições legislativas em Portugal.....	12
2.1. Eleições legislativas e governos constitucionais nos anos 2000 e 2010.....	12
3. O Voto Económico no Século XXI.....	14
3.1. Dados e Metodologia .....	14
3.2. Resultados Empíricos .....	18
3.2.1. Desemprego e rendimento por concelho .....	18
3.2.2. Pensões da Segurança Social.....	24
4. Conclusão .....	26
Bibliografia.....	28
Anexos .....	30



## Introdução

Hodiernamente, o Estado é considerado um dos principais intervenientes na economia, sendo o responsável pela implementação de políticas, que, genericamente, assegurem a estabilidade e a prosperidade económicas. É o governo o principal responsável pela definição da política económica, um conjunto de opções políticas que conduzem à prossecução dos objetivos do Estado. O processo que tem lugar para a definição destas políticas não é puramente económico, envolvendo um debate político, que confronta as diferentes opções políticas em discussão, com vista à sua hierarquização, tendo em conta a escassez de recursos a que o Estado está sujeito na prossecução dos seus objetivos e os interesse coletivo associado a cada um desses objetivos. Nos regimes democráticos, o voto é tido como o instrumento fundamental na formulação de decisões, com particular destaque nos processos políticos, nomeadamente na eleição dos representantes de um estado ou de uma unidade territorial infranacional.

Quando perspetivamos o Estado de uma forma não normativa, assume-se que este tem um comportamento definido, mais ou menos intensamente, pelos seus interesses próprios. Nomeadamente, um interesse primordial dos governos é ser reeleito. Para isso, tendem a moldar as políticas fazendo corresponder os seus interesses aos interesses dos diferentes grupos sociais, procurando maximizar os votos obtidos nestes setores da sociedade. Sendo a economia um tema de grande relevância nas campanhas eleitorais, é importante avaliar se, de facto, as escolhas dos eleitores são afetadas pelo ambiente económico. Perceber a racionalidade por detrás do comportamento de voto é importante para um melhor entendimento do funcionamento das democracias e das ligações que se estabelecem entre as esferas política e económica.

Na análise desta temática, os economistas tendem a definir um mercado político. Os partidos definem a oferta de soluções políticas baseadas na sua ideologia, enquanto os eleitores procuram as soluções que melhor satisfazem os seus interesses e as suas necessidades. O ato eleitoral consiste num processo no qual os eleitores definem as suas preferências, depositando o seu voto no partido da sua preferência. O processo de decisão adotado pelos eleitores, quando definimos que este segue os preceitos típicos do homem económico, consiste na maximização da utilidade do seu voto.

O voto económico é um tema amplamente estudado no âmbito da literatura económica internacional, tendo a análise do caso português ganho foco ao longo dos últimos anos, através da publicação de artigos como os de Veiga e Veiga (2004; 2010) ou de Martins

e Veiga (2013), pioneiros no estudo do efeito das condições económicas no comportamento eleitoral dos portugueses, no âmbito nacional e autárquico, respetivamente.

Apesar de Veiga e Veiga (2010) demonstrarem que as condições económicas nacionais têm maior impacto no sentido de voto dos eleitores do que as condições económicas locais, que se tenha conhecimento, não existem estudos que analisem, em exclusivo, o impacto da economia local nos resultados eleitorais das eleições legislativas em Portugal, nem estudos que se foquem na realidade recente do país. Uma vez que as políticas adotadas pelo governo nacional afetam diretamente o desenvolvimento económico local, o principal objetivo deste trabalho passa por investigar, para este século, o papel do ambiente económico ao nível municipal na decisão de voto dos eleitores. Tendo a hipótese da responsabilidade como princípio orientador, ir-se-á analisar empiricamente a função de voto dos governos nacionais.

Para analisar a influência do ambiente económico local nas eleições legislativas, foi utilizada uma base de dados em painel, que abrange os 278 municípios de Portugal Continental, com observações anuais para um eixo temporal compreendido entre os anos 2000 e 2019, cobrindo as seis eleições legislativas ocorridas nesse período. A investigação contou com a modelação de uma tradicional função de voto. As estimações efetuadas envolveram medidas de desemprego, dimensão económica amplamente analisada na literatura, e medidas de rendimento. Os resultados obtidos através da análise confirmam a influência da economia no voto, destacando o desemprego enquanto variável central na sua definição. Em contrapartida, foram obtidos resultados inesperados para as medidas de rendimento, que contradizem a teoria do voto económico.

O restante do presente trabalho de projeto está dividido da seguinte forma. A primeira secção corresponde à revisão da literatura, na qual se pretende explicar com detalhe o conceito de voto económico e a origem da hipótese da responsabilidade. A segunda secção visa contextualizar de forma breve a origem e o funcionamento do principal órgão legislativo e respetivas eleições. A terceira secção é destinada à análise empírica. Na última secção, apresentam-se as principais conclusões do presente trabalho.

## 1. O Voto Económico: Teorias vigentes e trabalhos empíricos

As primeiras teorias do voto económico assentam no pressuposto de que os eleitores escolhem os candidatos e os partidos de acordo com os benefícios que esperam retirar dessa escolha (Evans, 2004). Assim, o voto pode ser analisado à luz do racional de uma escolha económica. Seguindo esta lógica, os atos eleitorais podem ser comparados com um mercado. Esta analogia é conhecida na literatura pelo conceito de “Mercado Político” (Généreux, 1995; Evans, 2004). À semelhança do mercado tradicional, o mercado político possui duas valências, a oferta e a procura. À oferta corresponde um determinado número de candidatos e de partidos políticos que oferecem os seus respetivos “produtos” (programas políticos). Por outro lado, a procura é composta pelos eleitores, que escolhem de entre os “produtos” oferecidos pelos diversos partidos aquele que melhor satisfaz os seus interesses próprios, pagando para isso um determinado valor (“preço”), que na prática é representado pelo voto. O estudo da oferta política envolve a análise do comportamento dos partidos na busca e manutenção de poder, enquanto o estudo da procura política analisa a resposta dos eleitores às estratégias partidárias de captação de votos (Généreux, 1995). O trabalho que aqui se pretende desenvolver debruça-se sobre aspetos relacionados com a procura política, em particular sobre a perceção dos eleitores em relação à responsabilidade do desempenho da economia e das intervenções dos governos (partidos incumbentes) na economia.

Apesar do paralelismo entre os diferentes conceitos de mercado mencionados, é importante salientar algumas características particulares do voto, que o diferenciam das escolhas feitas no mercado tradicional. Em primeiro lugar, o voto concilia simultaneamente um carácter individual e coletivo. Ao contrário das decisões tidas pelos indivíduos no contexto do mercado tradicional, fortemente condicionadas pela satisfação de necessidades individuais, e cujas consequências apenas recaem sobre o próprio agente económico, o eleitor escolhe o programa político que melhor se enquadra nos seus valores e ideologia, maximizando-lhe o bem-estar individual, considerando no processo de decisão aquilo que considera ser a melhoria do bem-estar social. Ao contrário das decisões de produção e consumo dos agentes económicos, com impacto direto e imediato na utilidade do próprio agente decisor, cujas más decisões reduzem a respetiva utilidade individual, as consequências de uma decisão de voto “errada” não tem impacto direto no próprio eleitor que tomou a decisão. Cada eleitor apenas consegue “adquirir” um determinado programa político se a maioria assim o desejar (Martins, 2010: 12). Desta forma, a existência de um conjunto alargado de indivíduos que está envolvido neste tipo de processo de decisão implica

que cada eleitor tem uma influência pouco significativa no resultado da eleição (quanto maior o universo de eleitores, menor a capacidade de cada um influenciar o resultado da votação) (Nannestad e Paldam, 1994; Aidt, 2000; Evans, 2004).

São várias as motivações que levam os votantes a participar nos atos eleitorais. Downs (1957) aponta que os eleitores recorrem ao voto por forma a preservar a manutenção das instituições democráticas. Através de um ponto de vista semelhante, Génèreux (2010: 106) argumenta que “os indivíduos e as organizações têm todos anseios quanto às decisões públicas”, isto é, os agentes económicos procuram respostas públicas aos interesses individuais, mas também ao que consideram ser o interesse comum. Para isso, recorrem ao voto, exprimindo assim esses anseios, beneficiando o programa político que melhor se enquadra nos seus critérios e valores pessoais. A obtenção de benefícios materiais, como a redução dos impostos ou o aumento de prestações sociais, ou ainda a melhoria do funcionamento da Administração Pública e dos serviços públicos poderão ilustrar alguns dos objetivos específicos do eleitorado. Para além destas motivações económicas, os eleitores também podem assumir uma atitude política ao usar o voto como forma de eleger um partido ou candidato para impossibilitar a eleição de outros partidos/candidatos (voto estratégico).

A avaliação do desempenho do partido incumbente pelos eleitores tem sido o principal objeto de estudo no âmbito da teoria do voto económico. A “hipótese da responsabilidade”, inicialmente levantada por Downs (1957), sugere que, ao votar, o eleitor faz uma avaliação do desempenho do partido que ocupou o governo até às eleições. Desta forma, o eleitor pode orientar a sua escolha política de três formas distintas: vota no partido incumbente, se este teve um bom desempenho; vota no partido da oposição se o partido incumbente teve um mau desempenho; ou abstém-se, se os benefícios de eleger um ou outro forem semelhantes (o eleitor recebe o mesmo nível de utilidade independentemente do partido que vence as eleições, portanto, numa ótica de minimização de custos, o eleitor simplesmente evita deslocar-se às urnas, ou gastar o seu tempo a decidir em que partido votar).

## 1.1. Teoria Racional do Voto

A definição do voto enquanto escolha, com características semelhantes às escolhas económicas serviu como fundamento para o desenvolvimento de uma nova vertente no estudo do comportamento de voto, a teoria racional do voto. Em 1957, Anthony Downs publica *An economic theory of democracy*, obra na qual centra a análise no processo de definição do sentido de voto dos indivíduos. À semelhança de outras escolhas racionais, o

voto é analisado tendo em consideração que o agente racional visa maximizar a sua utilidade individual, dependendo, por isso, da ponderação dos custos associados ao ato de votar e dos benefícios que se esperam retirar da eleição de determinado partido/candidato. Por outras palavras, maximizar a utilidade do voto passa por comparar o benefício esperado de cada candidato e seleccionar aquele que o maximiza, minimizando os custos incorridos na realização do voto (Downs, 1957; Evans, 2004).

Formalmente, Downs (1957) definiu o problema da escolha entre partidos através de uma simples diferença<sup>1</sup>, no contexto de um sistema político bipartidário:

$$E(U_{t+1}^A) - E(U_{t+1}^B) \quad (1)$$

em que  $E(U_{t+1}^A)$  representa a utilidade (U) que o eleitor espera retirar da eleição do partido *A* no momento  $t+1$ , e  $E(U_{t+1}^B)$  representa a utilidade (U) que o eleitor espera retirar da eleição do partido *B* no momento  $t+1$ . De notar que o termo  $t+1$  se refere ao facto de a utilidade do partido vencedor apenas se revelar depois de este ser eleito, isto é, no futuro, sendo desta forma uma expectativa. Se a diferença for positiva, o eleitor votará no partido *A*, se for negativa, votará no partido *B*, caso decida votar. Caso se verifique que os dois termos são iguais, a diferença será zero, o que implica que o eleitor se abstém.

Downs (1957) propõe inicialmente que os eleitores fazem uma análise prospetiva, considerando as utilidades futuras do voto no partido incumbente e no partido da oposição. Sendo o cálculo dessas utilidades uma tarefa complexa para o eleitor comum, este limita-se a basear o seu voto na perceção sobre o desempenho passado observável do governo. Na realidade, um dos partidos concorrentes ocupa o governo quando ocorre uma eleição. Assim, o problema que o votante tem de resolver pode resumir-se à escolha entre o partido incumbente e o partido da oposição.

Tomando *A* como o partido incumbente, o votante tem conhecimento do desempenho passado desse partido enquanto governo, e transporá a sua avaliação para aquilo que entende que será o desempenho futuro deste partido se voltar a formar governo. Ora, o partido da oposição, *B*, não governou, pelo que o eleitor terá de criar uma imagem mental do desempenho do partido *B* caso este fosse governo. Esta é a situação descrita pela diferença (2):  $U_t^A$  representa a utilidade que o eleitor retira quando o partido *A* está no governo, que se espera ser igual à utilidade futura,  $E(U_{t+1}^A)$  na expressão (1), enquanto  $E(U_t^B)$  representa a

---

<sup>1</sup> Downs (1957) denomina esta diferença como “expected party differential” (p.39)

utilidade esperada que o eleitor retiraria se o partido B ocupasse o governo no mesmo período. A interpretação do resultado da diferença é semelhante a (1).

$$U_t^A - E(U_t^B) \quad (2)$$

O resultado de um ato eleitoral envolvendo dois partidos, incumbente e oposição, pressupõe a manutenção das políticas seguidas no mandato cessante, pelo incumbente, e uma alteração das políticas implementadas pelo incumbente, por parte da oposição (Downs, 1957: 42). Desta forma, cada eleição é, em si, uma avaliação do desempenho do partido incumbente tendo em conta a utilidade que os eleitores tiram da sua governação. Se considerarem que a utilidade presente for muito reduzida, os eleitores assumirão que assim permanecerá num futuro mandato do partido incumbente, portanto a escolha será pela mudança de políticas, ou seja, pela oposição. Em contrapartida, se os eleitores beneficiaram significativamente das políticas do incumbente, estes votarão pelo incumbente, protegendo a sua utilidade futura das mudanças políticas propostas pela oposição. Em suma, prolongar o mandato do partido incumbente significa recompensar o dito partido pelo que os eleitores consideram ter sido um bom desempenho enquanto governo. Em contrapartida, eleger o partido da oposição significa punir o partido incumbente pelo que os eleitores consideram um mau desempenho (Downs, 1957: 41-42).

Em sistemas multipartidários, a análise é bastante semelhante à anteriormente efetuada, ressalvando uma pequena nuance. O eleitor racional decide, com base na informação disponível, qual o partido que mais o beneficiará, efetuando mentalmente uma ordenação das suas preferências. De seguida, avaliará as preferências dos restantes eleitores, por forma a estimar a probabilidade de o partido da sua preferência ter sucesso nas eleições. Desta forma, o eleitor votará no partido da sua preferência se a probabilidade de este ser eleito for alta. Em contrapartida, se a probabilidade de eleição do partido preferido for reduzida, o eleitor votará num outro partido com maior probabilidade de ser eleito por forma a afastar o partido menos favorito da vitória eleitoral (Downs, 1957: 48-50).

Seguindo a lógica de Downs (1957), Riker e Ordeshook (1968) desenvolveram um modelo, também conhecido como “teoria instrumental da participação” (Martins, 2010: 19), envolvendo a análise custo-benefício efetuada pelos eleitores. Este modelo pretende explicar a decisão de votar com base numa ponderação dos benefícios retirados do ato de votar face aos custos associados a essa atividade, tendo em conta um ambiente em que a informação acessível ao eleitor é incompleta. Riker e Ordeshook (1968) verificaram que os eleitores não

são movidos apenas pela ponderação dos benefícios líquidos com os custos, existindo uma satisfação intrínseca que cada eleitor retira do ato eleitoral. Desta forma, foi adicionado ao modelo de Downs um fator associado à satisfação que os votantes retiram do ato de votar. O eleitor exerce o voto se houver incentivo para tal, o que significa que, de forma geral, os benefícios devem ser superiores aos custos. Riker e Ordeshook (1968) formalizaram o problema do voto com base na seguinte equação:

$$R = PB - C + D \quad (3)$$

A decisão de votar ou não votar (abstenção) depende da recompensa que o eleitor recebe pelo ato de votar ( $R$ ), que é determinada, por sua vez, pela probabilidade do seu voto individual ser decisivo ( $P$ ), pelo benefício líquido que o eleitor recebe se o candidato/partido escolhido for eleito ( $B$ ), pelos custos de votar ( $C$ ) e pela satisfação individual de votar ( $D$ ). O eleitor vota se o benefício de votar for superior aos custos de votar ( $R > 0$ ), e abstém-se se os custos forem iguais ou superiores ao benefício de votar ( $R \leq 0$ ). De notar que o parâmetro  $B$  equivale ao que Downs (1957) denominou como *expected party differential*, ou seja, a diferença das utilidades esperadas dos candidatos numa eleição.

## 1.2. Estudos empíricos sobre o Voto Económico

As hipóteses teóricas apontadas na literatura referente ao voto económico foram testadas na prática por diversos autores, através da análise a eleições, quer de primeira ordem (legislativas), quer de segunda ordem (autárquicas). A “hipótese da responsabilidade”, um conceito teórico que pressupõe que os eleitores responsabilizam os governos pelo desempenho da economia, é o argumento base da maioria dos trabalhos desenvolvidos neste âmbito. A relação entre os votos obtidos pelo partido no governo e o comportamento dos diversos indicadores económicos é tradicionalmente analisada com base na função Voto/Popularidade (função VP)<sup>2</sup>. De notar que uma parte significativa dos votos<sup>3</sup> se explica através da identificação partidária, o que impele os eleitores a votar sempre da mesma forma. Assim, a inclusão de variáveis económicas na função voto permite explica o comportamento de apenas cerca de 20% dos eleitores, conhecidos como votantes pendulares (*swing voters*) (Martins, 2010). Para além da economia, existem outras dimensões que são objeto de

---

<sup>2</sup> Neste trabalho apenas se analisa a função voto. No entanto a literatura assume como equivalente o voto e a popularidade. Nanestad e Paldam (1994) fazem uma distinção entre os dois conceitos e analisam-nos individualmente.

<sup>3</sup> De acordo com Martins (2010), p.125, cerca de 80% do eleitorado.

intervenção do governo, nomeadamente as dimensões sociais, políticas e demográficas. No entanto, supõe-se que é no desempenho económico que os eleitores baseiam em grande medida a perceção que têm sobre a ação governativa do partido incumbente, explicando esta dimensão, em média, um terço da variação dos votos (Lewis-Beck e Paldam, 2000).

São inúmeros os indicadores económicos a que a literatura tem recorrido para representar as condições económicas. As variáveis nacionais são aquelas a que os autores têm dado maior ênfase, em particular no que ao estudo das eleições legislativas diz respeito, apesar da crescente importância dos indicadores locais. De entre todos os indicadores analisados pelos investigadores, os resultados têm destacado o desemprego e a inflação como principais determinantes económicos da decisão de voto, às quais a literatura apelidou de *big-two* (Nanestad e Paldam, 1994; Lewis-Beck e Paldam 2000).

A literatura existente não define um consenso sobre a melhor metodologia para analisar as relações entre as variáveis económicas e o voto, no entanto, são comumente utilizadas duas formas funcionais que, em geral, dão resultados semelhantes e cuja escolha depende dos dados e do método empírico que se pretende utilizar (Martins, 2010). De acordo com Nanestad e Paldam (1994), as formas funcionais mais utilizadas são as seguintes:

Em níveis:

$$VP_t = [\alpha_1 Lp_t + \alpha_2 Lu_t + \dots]_e + [\beta_{1i} B_i + \beta_2 T_t + \{\beta_3 Lv_t + \dots\}]_p + r_t \quad (4)$$

Em primeiras diferenças:

$$\Delta VP_t = [\alpha_1 L\Delta p_t + \alpha_2 L\Delta u_t + \dots]_e + [\beta_{1i} B'_i + \beta_2 T'_t + \{\beta_3 L\Delta v_t + \dots\}]_p + e_t \quad (5)$$

em que  $VP_t$  define a percentagem de votos (ou popularidade),  $\alpha$  e  $\beta$  são coeficientes a estimar,  $L$  e  $\Delta$  são os operadores de desfasamento e de primeiras diferenças, respetivamente,  $r_t$  e  $e_t$  os termos de erro e, por fim, as reticências indicam a possibilidade da inclusão de variáveis adicionais. Ambas as equações incluem dois conjuntos de variáveis, expressos entre parêntesis retos. O primeiro conjunto, subscrito por  $e$ , inclui séries económicas, de entre as quais se destacam a inflação,  $p_t$ , e a taxa de desemprego,  $u_t$ . O segundo conjunto inclui a constante,  $B_i$ , que pode ser particularizada para cada governo  $i$ , a tendência,  $T_t$ , que representa o custo de governar, tipicamente erodindo o voto, e um conjunto de variáveis políticas, explícito entre chavetas, exemplificadas por  $v_t$ .

Um dos principais problemas identificados na literatura consiste na instabilidade da função VP (Lewis-Beck e Paldam, 2000; Martins, 2010). Os resultados obtidos pela

literatura variam consoante a dimensão espaço-temporal que se analisa, não permitindo definir um padrão de resultados genérico. Algumas das explicações que têm sido apontadas referem-se à utilização de diferentes metodologias e modelos econométricos, aplicados em diferentes períodos temporais e dimensões geográficas distintas. A realidade socioeconómica e política é dinâmica de país para país, assim como de ano para ano, podendo os eleitores dar ênfase a diferentes indicadores entre diferentes períodos temporais (Lewis-Beck e Paldam, 2000: 120). Por fim, a ocorrência de erros de medição das variáveis ou a aplicação de modelos sub-especificados poderão também explicar a divergência dos resultados.

Como se mostrou, a teoria de Downs sugere que o eleitor recorre, *a priori*, ao voto prospetivo, procurando determinar a orientação do voto de acordo com o programa político que lhe maximiza a utilidade esperada. Tendo em conta a complexidade do exercício mental a que o votante está sujeito na determinação do desempenho futuro do partido preferido, o eleitor limita-se a observar aquele que foi o desempenho passado do governo, baseando a sua decisão de voto nesta análise. Surge então uma dicotomia entre o voto prospetivo e o voto retrospectivo. Teoricamente, o eleitor deveria ser prospetivo, uma vez que vota no sentido de eleger um agente político para um mandato no futuro. No entanto, diversos estudos empíricos mostraram que ocorre precisamente o contrário: o eleitor é retrospectivo (Lewis-Beck e Paldam, 2000), dando destaque, na decisão de voto, a eventos passados com um horizonte temporal, em média, inferior a um ano, sendo, por isso, também considerado relativamente míope (Nannestad e Paldam, 1994; Lewis-Beck e Paldam, 2000; Martins, 2010).

A literatura identifica uma última característica relevante do comportamento de voto: os eleitores tendem a penalizar mais os governos por eventos económicos negativos do que a recompensá-los por eventos económicos positivos (Lewis-Beck e Paldam, 2000). Nannestad e Paldam (1997) apresentam três argumentos que explicam o fenómeno, conhecido na literatura como *grievance asymmetry*. Em primeiro lugar, existe uma assimetria de informação relativamente às notícias que chegam aos eleitores. Eventos negativos tendem a ter mais atenção da comunicação social do que eventos positivos. Sendo que os eventos económicos são em grande parte transmitidos aos cidadãos através da comunicação social, os eleitores têm maior contacto com notícias relacionadas com fenómenos com impacto negativo na economia. Em segundo lugar, recorrendo à parábola do principal-agente, o voto pode ser percebido como forma de pagamento entre o eleitorado (principal) e o governo (agente), em que o eleitor vota no partido do governo se este tiver

alcançado os objetivos esperados pelo eleitor. Por último, os eleitores são avessos ao risco. O mercado político é tipicamente um mercado de alto risco, uma vez que, ao votar, o eleitor formula expectativas com base em eventos passados, nas promessas eleitorais dos partidos ou na personalidade dos políticos.

A literatura empírica é reduzida no que respeita a trabalhos com o caso português em foco. Veiga e Veiga (2004, 2010) e Martins e Veiga (2013) em muito contribuíram para rasgar essa tendência, explicando o comportamento de voto em Portugal nas diversas dimensões eleitorais. Veiga e Veiga (2004) procuraram desenvolver o tema do voto económico em Portugal ao publicar um trabalho com o objetivo de avaliar os determinantes do voto em Portugal, recorrendo a dados mensais das intenções de voto no período entre junho de 1986 e junho de 2001 no âmbito das eleições legislativas. Os resultados mostraram que o bom desempenho da economia favorece as intenções de voto no partido incumbente, enquanto o mau desempenho da economia favorece a oposição. Quanto aos efeitos partidários, o mesmo resultado se verifica, com o PSD (Partido Social Democrata) (Centro-Direita) a ser penalizado quando a inflação aumenta, e o PS (Partido Socialista) (Centro-Esquerda) penalizado pelo aumento do desemprego.

Os mesmos autores publicaram, em 2010, um artigo<sup>4</sup> que procura analisar o impacto de variáveis económicas nacionais e municipais dos 278 municípios em Portugal Continental nos resultados das eleições legislativas, desde o início da Democracia (as primeiras eleições ocorreram em 1976) até 2005. A avaliação do impacto da economia nacional no voto foi realizada tendo em conta a inflação, o desemprego, o emprego, o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Produção Industrial, enquanto a economia municipal incluiu indicadores relacionados com o emprego, o poder de compra, os salários reais e os subsídios do governo central aos municípios. As variáveis foram analisadas na forma de taxas de crescimento anual do ano anterior, e de taxas de crescimento médias anuais ao longo dos anos do mandato anterior à respetiva eleição. As conclusões do estudo indicaram que as variáveis económicas nacionais e municipais influenciam os resultados eleitorais, tendo as primeiras um papel preponderante neste processo. Para além disso, os autores determinaram que as taxas de crescimento anuais das variáveis apresentam resultados mais robustos na explicação do voto, reforçando a hipótese do votante míope. Os resultados obtidos estão em linha com aqueles apresentados na maioria da literatura existente.

---

<sup>4</sup> Veiga e Veiga (2010).

A economia tem-se mostrado um fator determinante na definição do sentido de voto dos eleitores. No entanto, a responsabilidade atribuída ao executivo em funções pelo desempenho económico também é influenciada pela tipologia de governo e pelo apoio parlamentar que o sustenta, para além da sua orientação ideológica. Com base nos resultados de 111 eleições legislativas (nacionais) em 19 países industrializados, entre 1969 e 1988, o estudo levado a cabo por Powell e Whitten (1993) procurou mostrar que o contexto político dos partidos incumbentes é tão considerável na explicação do voto quanto o comportamento da economia, sendo que diferentes condições de governo implicam avaliações diferentes do desempenho do governo, condicionando a “clareza da responsabilidade”. As condições de governo minoritário ou de coligação transmitem aos eleitores uma perceção de desresponsabilização do partido incumbente. Este depende, no primeiro caso, do apoio dos partidos da oposição para prosseguir as suas políticas, podendo estes ser responsabilizados pelo incumbente quando a sua ação é bloqueada pela oposição. No segundo caso, a responsabilidade é repartida pelos partidos da coligação. A perceção da responsabilidade pelo desempenho governativo torna-se menos claro de acordo com o número de intervenientes (partidos políticos) que fazem depender a tarefa governativa, tornando-se mais claro quando o número de partidos envolvidos na governação é menor.

Em relação aos resultados das eleições anteriores, existe um ganho médio de 1,8% dos votos quando o governo é minoritário e uma perda, em média, 3,6% quando o governo é maioritário. Por outro lado, o estudo avalia o impacto do comportamento de determinadas variáveis nos votos atribuídos aos partidos de acordo com a sua ideologia. Genericamente, os autores mostraram que partidos de ideologia de esquerda tendem a ser penalizados pela subida do desemprego, enquanto partidos de ideologia de direita tendem a ser penalizados pela subida da inflação, sendo este efeito amplificado quando se observa uma maior clareza da responsabilidade governativa percebida pelos eleitores.

## 2. Breve caracterização das eleições legislativas em Portugal

A Revolução que decorreu a 25 de Abril de 1974, em Portugal, marcou o fim de um regime ditatorial, conhecido como Estado Novo, instaurando em seu lugar um regime democrático, a Terceira República. O período subsequente designado como PREC (Processo Revolucionário Em Curso) foi marcado por uma intensa instabilidade política, económica e social, tendo-se assistido à formação de seis governos provisórios. A Constituição de 1976 veio instaurar definitivamente as instituições democráticas e definir o funcionamento destas como as conhecemos hoje: a Presidência da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais. As primeiras eleições legislativas ocorreram a 25 de Abril de 1976, nos tramites definidos pela Constituição recém-aprovada. Desde então, a Democracia conta com dezasseis atos eleitorais para a Assembleia da República e vinte e dois governos constitucionais.

As eleições legislativas visam eleger os deputados à Assembleia da República, tendo os respetivos mandatos uma periodicidade quadrienal. Os candidatos a deputados são eleitos por círculos plurinominais, os quais elegem um número de deputados proporcional à população neles residente, estando consignado à Assembleia da República um número total de duzentos e trinta deputados. Após as eleições, o líder do partido mais votado é convidado pelo Presidente da República a formar governo, sendo que as suas funções se efetivam após a aprovação do programa do governo por maioria absoluta dos deputados.

### 2.1. Eleições legislativas e governos constitucionais nos anos 2000 e 2010

As eleições legislativas de 2002 tiveram lugar no âmbito da demissão do então Primeiro-Ministro, António Guterres, após a “derrota” do PS nas eleições autárquicas de 2001. O PSD vence as eleições legislativas de 2002, com 40,1% dos votos, assumindo a liderança do governo, numa coligação pós-eleitoral com o terceiro partido mais votado, o CDS-PP. Durante o mandato, o Primeiro-Ministro, Durão Barroso, deixa o governo para assumir a presidência da Comissão Europeia, substituindo-o Pedro Santana Lopes.

Em 2005, o Presidente da República Jorge Sampaio depõe o governo e convoca novas eleições, das quais sai vencedor o PS, com 45% dos votos, obtendo a primeira maioria absoluta socialista da democracia (considerando o número de assentos parlamentares obtidos), liderada por José Sócrates. As eleições legislativas de 2009 mantêm o PS no poder, já com governo minoritário, até 2011, ano em que o governo cai em consequência do chumbo parlamentar ao quarto Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC IV), que visava o

combate à crise económica e financeira que eclodira anos antes. O PSD vence as eleições nesse ano e volta a assumir o governo, em coligação com o CDS-PP, obtendo uma maioria parlamentar, com Pedro Passos Coelho enquanto Primeiro-Ministro.

**Quadro 2.1.** Eleições Legislativas em Portugal: 1999 - 2019

<b>Eleições</b>	<b>Partido Vencedor</b>	<b>% Deputados eleitos</b>	<b>Primeiro-Ministro</b>	<b>Tipo de Governo</b>
10/10/1999	PS	50.0	António Guterres	Minoritário
17/03/2002	PSD	45.7	Durão Barroso	Coligação (CDS-PP)
20/02/2005	PS	52.6	José Sócrates	Maioritário
27/09/2009	PS	42.2	José Sócrates	Minoritário
05/06/2011	PSD	47.0	Passos Coelho	Coligação (CDS-PP)
04/10/2015	PàF <sup>1</sup>	46.5	Passos Coelho	Coligação (CDS-PP) <sup>2</sup>
06/10/2019	PS	47.0	António Costa	Minoritário

<sup>1</sup> A PàF (Portugal à Frente) era composta pelo PSD e CDS-PP (coligação pré-eleitoral).

<sup>2</sup> Rejeição do programa do Governo no Parlamento. PS assume o governo com o apoio parlamentar do BE e da CDU.

Fonte: Comissão Nacional de Eleições (CNE)/ Martins, R. (2010).

O mandato fortemente marcado por políticas de austeridade, aplicadas no âmbito do programa de resgate financeiro da *Troika*, findou em 2015, com a vitória da coligação pré-eleitoral *Portugal à Frente* (PàF), composta por PSD e CDS-PP. O governo minoritário formado em consequência destas eleições foi deposto após rejeição do programa do governo por parte dos partidos da oposição - PS, BE, CDU e PAN<sup>5</sup>. O PS, principal partido derrotado nas eleições, apresenta uma solução governativa apelidada de “geringonça”, que consistia numa coligação parlamentar (formal, sob exigência do Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva) composta por PS, BE, PCP e PEV. Em 2019, o PS vence as eleições legislativas, com 34% dos votos, formando um governo minoritário. O quadro 2.1. sintetiza a informação referente aos governos formados após as respetivas eleições legislativas, realizadas entre 1999 e 2019.

<sup>5</sup> BE – Bloco de Esquerda; CDU – Coligação Democrática Unitária (PCP – Partido Comunista Português e PEV – Partido Ecologista “Os Verdes”); PAN – Pessoas, Animais e Natureza.

### 3. O Voto Económico no Século XXI

A presente secção pretende analisar empiricamente a função de voto dos governos nacionais no século XXI, com particular destaque para a importância do ambiente económico local na decisão de voto dos portugueses nas eleições legislativas.

#### 3.1. Dados e Metodologia

A literatura tem mostrado que as condições económicas locais são tão importantes na explicação dos votos no governo quanto as condições económicas nacionais. No entanto, são em reduzido número os trabalhos que avaliam em exclusivo a influência da economia local na decisão de voto<sup>6</sup>. Para analisar a influência do ambiente económico local nas eleições legislativas em Portugal, recorreu-se a uma base de dados em painel, que abrange os 278 municípios de Portugal Continental<sup>7</sup>, com observações anuais para um eixo temporal compreendido entre 2000 e 2019, cobrindo, desta forma, as seis eleições legislativas ocorridas nesse período<sup>8</sup>.

O modelo empírico de base é caracterizado pela equação (4), na qual a variável dependente utilizada,  $VGOV_{it}$ , é definida como o rácio dos votos obtidos pelo partido no governo no número total de votantes (em percentagem) por município  $i$ , nas eleições legislativas ocorridas no ano  $t$ .

$$VGOV_{it} = \alpha_0 + \beta_1 ECO_{it-1} + \beta_2 SOCIAL_{it} + \beta_3 POL_{it} + \delta_t + \gamma_j + u_{it} \quad (4)$$
$$i = 1, \dots, 278; t = 2002, 2005, 2009, 2011, 2015, 2019; j = 1, \dots, 18$$

Os votos no partido do governo são explicados por um vetor de variáveis económicas, correspondentes ao ano anterior às eleições,  $ECO_{it-1}$ . O desfasamento das variáveis económicas permite captar o facto de a informação económica chegar aos eleitores de forma desfasada. Uma vez que o votante desconhece os dados relativos ao desempenho da economia no momento da eleição, este elabora a decisão de voto com base na informação disponível, relativa a períodos anteriores à eleição. Adiciona-se ao modelo geral um conjunto de variáveis para o controlo das características sociodemográficas do município,  $SOCIAL_{it}$ ,

---

<sup>6</sup> Ver, como exemplo, Elinder (2010).

<sup>7</sup> A exclusão dos municípios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, característica presente em diversos estudos (Veiga e Veiga, 2010; Veiga e Veiga, 2004), deve-se ao facto de estas unidades territoriais possuírem uma estrutura de governo autónoma do governo central, cujas decisões de política económica regional são maioritariamente da responsabilidade dos respetivos governos regionais.

<sup>8</sup> As eleições legislativas ocorreram nos anos de 2002, 2005, 2009, 2011, 2015 e 2019.

e um vetor de variáveis políticas,  $POL_{it}$ .  $\delta_t$  representa uma variável *dummy* para cada ano eleitoral  $t$ , e  $\gamma_j$  uma variável *dummy* para cada distrito  $j$ .  $u_{it}$  é o termo de erro,  $\alpha_0$  é um parâmetro e  $\beta_1$ ,  $\beta_2$  e  $\beta_3$  são vetores de parâmetros, a estimar.

A variável dependente tem por base os resultados eleitorais das últimas seis eleições legislativas ocorridas em Portugal, e foram obtidos através da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna. Esta variável inclui, para os respetivos anos eleitorais em que cada partido ocupava o governo, os resultados do PS e os resultados obtidos pelo PSD (somados pelos do CDS-PP, tendo em conta que o PSD, vencendo as eleições, nunca governou sozinho no período analisado).

Alguns trabalhos, como Martins (2010), referem a possibilidade de inclusão da variável dependente desfasada na função de voto. No presente estudo, optou-se por não incluir um termo autorregressivo. A razão principal é que, dada a alternância democrática, os votos na eleição anterior muitas vezes não correspondem aos votos no partido que está no poder, portanto não estamos em presença da tradicional variável desfasada. Igualmente, em termos práticos, e face ao número limitado de eleições (6), a inclusão de um desfasamento da variável dependente acarretaria uma perda significativa de observações (278 para cada eleição).

Quanto às variáveis explicativas económicas, são inúmeros os artigos que põem em evidência a centralidade do desemprego e da inflação enquanto principais fatores económicos na decisão de voto<sup>9</sup>. Para o contexto de análise que aqui se pretende desenvolver, não existem dados locais para a variação dos preços, uma vez que esta é medida em termos nacionais. Por outro lado, a inclusão da inflação nacional, que assume o mesmo valor para todas as unidades seccionais, em cada período, causa problemas graves de multicolinearidade, em especial no caso nossa da nossa análise que tem um curto espaço temporal.

Face à escassez de dados disponíveis ao nível municipal, restringiu-se a análise económica do voto ao desemprego e ao rendimento por município. As variáveis utilizadas na medida do desemprego consistem na média mensal do número de desempregados registados, com origem no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e na taxa de desemprego. Este último indicador é disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) ao nível concelhio em anos censitários, não havendo dados para os anos intermédios. Desta forma, optou-se por se construir uma *proxy* recorrendo à metodologia adotada pelo

---

<sup>9</sup> Ver Veiga e Veiga (2010) ou Martins e Veiga (2013).

mesmo instituto para uma variável disponível na sua base de dados, denominada *Desemprego registado por 100 habitantes com 15 ou mais anos de idade*<sup>10</sup> (por NUTS III), tendo como fórmula o quociente entre a média mensal do número de desempregados registados por município (a primeira variável de desemprego apresentada) e a população residente com 15 ou mais anos de idade (dados disponibilizados pelo INE).

O rendimento, por sua vez, é medido através de dois diferentes indicadores. A primeira variável utilizada consiste na Proporção de Poder de Compra *per capita* por município, disponível no *Estudo sobre o poder de compra concelhio*, do INE, e consiste num índice que mede o poder de compra concelhio relativo, cuja base corresponde a Portugal (NUTS I). A sua periodicidade é bienal<sup>11</sup>, pelo que os dados dos anos em falta foram calculados através da média aritmética simples entre o ano imediatamente anterior e aquele imediatamente a seguir ao respetivo ano em falta. A segunda medida de rendimento corresponde ao Ganho Médio Mensal real dos trabalhadores por conta de outrem por município, em euros, ambas com origem no INE.

De acordo com a hipótese da responsabilidade, a melhoria das condições económicas induz a melhores resultados eleitorais para o partido no governo, enquanto piores condições implicam uma perda de apoio eleitoral. Desta forma, espera-se que qualquer medida de rendimento apresente um coeficiente com sinal positivo, como forma de recompensa pela melhoria das condições económicas, e, em contrapartida, as variáveis associadas ao desemprego devem assumir um sinal negativo, como forma de penalização pelo respetivo aumento.

São acrescentadas ao modelo variáveis controlo sociodemográficas que se encontram em linha com aquelas utilizadas genericamente pela literatura. Estas permitem capturar efeitos associados à dimensão, idade e nível de educação da população residente em cada município. A dimensão populacional é capturada por uma variável construída de acordo com a metodologia utilizada por Martins (2010), que assume valores inteiros entre 1 e 4 de acordo com a respetiva dimensão<sup>12</sup>. A idade é controlada pela inclusão da percentagem de população residente com 65 ou mais anos de idade na população total por município. Relativamente à educação, não existem dados anuais por município para indicadores desta dimensão, pelo que se optou por recorrer a uma variável *proxy* para o controlo da população

---

<sup>10</sup> INE (2021) Desemprego registado por 100 habitantes com 15 ou mais anos de idade (%). *Portal do INE*. Disponível em 12 setembro 2022, de [www.ine.pt](http://www.ine.pt).

<sup>11</sup> Valores disponíveis para os anos 2000, 2002, 2004, 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017 e 2019.

<sup>12</sup> Categorias de população: 1- Lisboa e Porto; 2- Outros municípios com população acima dos 40000 habitantes; 3- Municípios com população entre 10000 e 40000; 4- Restantes municípios.

com ensino secundário ou superior. O setor dos serviços é composto, essencialmente, por população com níveis de ensino mais elevados, sendo a utilização do emprego no setor dos serviços uma boa aproximação à população com ensino secundário ou superior por município. Face à ausência destes dados ao nível concelhio, utilizou-se aqueles disponíveis por NUTS III. Todas as variáveis de controlo sociodemográficas foram extraídas do INE.

Quanto às variáveis da dimensão política, construiu-se uma *dummy* que identifica os municípios cujo presidente da câmara pertence ao principal partido no governo. As autarquias nas quais se verifica a governação simultânea são identificadas pelo valor 1 (um), e 0 (zero) quando esta situação não se verifica. A governação simultânea adquire uma importância particular na explicação do voto por duas razões. Por um lado, esta é uma variável que capta o efeito de reserva partidária, identificando os municípios em que o partido no governo detém maior apoio. Por outro lado, como referem Veiga e Veiga (2010: 1729), a detenção simultânea do poder executivo por parte de um partido, quer no governo, quer nas autarquias, materializa-se numa maior capacidade para manipular as condições económicas locais com vista a uma maior aprovação dos eleitores, e, conseqüentemente, um favorecimento dos resultados do partido nas eleições legislativas. Desta forma, é expectável que o coeficiente seja positivo e que afete amplamente os votos no governo. Veiga e Veiga (2010) apontam, contudo, que os eleitores poderão ter uma preferência em não concentrar o poder executivo nacional no mesmo partido que controla as respetivas autarquias, pelo que se obterá um coeficiente negativo desta variável. Adicionalmente, utilizou-se uma medida do número efetivo de partidos, proposta por Laakso e Taagepera (1979)<sup>13</sup>, que captura efeitos de fragmentação partidária e competitividade por distrito (círculo eleitoral). Ambos os controlos da dimensão política foram obtidos com base em dados políticos e eleitorais da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), da Comissão Nacional de Eleições (CNE) e da Markttest.

Por fim, o modelo inclui controlos para as idiosincrasias temporais e territoriais. A adição de *dummies* temporais pretende capturar efeitos específicos de cada ano eleitoral. Segundo Elinder (2010: 284), a inclusão desta variável permite controlar efeitos relacionados com as variáveis económicas nacionais, que aqui não se analisam, permitindo o não enviesamento das estimações das variáveis municipais. Adicionar *dummies* para cada distrito permite controlar efeitos específicos de cada círculo eleitoral. A opção por esta

---

<sup>13</sup>  $N = \frac{1}{\sum_{i=1}^n p_i^2}$ , em que  $i$  representa o partido,  $n$  o número total de partidos concorrentes e  $p$  a percentagem de votos obtidos por cada partido  $i$ .

unidade territorial tem a ver com o facto de os resultados eleitorais serem convertidos em assentos parlamentares de acordo com os resultados obtidos por distrito.

### 3.2. Resultados Empíricos

Para efeitos de análise econométrica, foi utilizado o *software* estatístico Stata. Definidas as variáveis e respetivas transformações, logaritmos e defasamentos das medidas económicas, procedeu-se à composição da base de dados para análise, com a eliminação dos anos não eleitorais. A etapa seguinte passa por selecionar o modelo mais adequado à análise dos dados. Tendo em conta as características específicas de dados em painel, procurou testar-se a existência de efeitos fixos contra efeitos aleatórios. O teste de *Hausman*, cuja hipótese nula indica a presença de efeitos aleatórios, aponta para a escolha da hipótese alternativa de efeitos fixos. Efetuou-se, de seguida, um teste *F* para determinar a escolha entre um modelo *pooled* OLS e um modelo de efeitos fixos. A hipótese nula consiste na inexistência de efeitos individuais não observados para cada unidade seccional (*pooled*). O resultado deste teste falha a rejeição da hipótese nula. Daqui, conclui-se que o modelo mais adequado é o *pooled* OLS. Os resultados dos testes apresentam-se na tabela 3.1.

**Tabela 3.1.** Testes de seleção de modelo

	Stat.	P-Value
Hausman (RE vs FE)	114.39	0.0000
F (Pooled vs FE)	0.80	0.9878

Relativamente à heteroscedasticidade, foram realizados testes *Breusch-Pagan/Cook-Weisberg* para as diferentes estimações, que confirmaram a homoscedasticidade dos erros em todas as regressões, não sendo necessário aplicar erros-padrão robustos.

#### 3.2.1. Desemprego e rendimento por concelho

A tabela 3.2. apresenta os resultados para as primeiras estimações efetuadas. As duas colunas iniciais incluem variáveis económicas defasadas um ano. Nas colunas (3) e (4), substituem-se as variáveis económicas usadas nas anteriores regressões pelo seu valor médio nos dois anos anteriores às eleições. Pretende-se com dois diferentes níveis de defasamento avaliar o horizonte temporal relevante na recolha de informação económica por parte do eleitor.

Os resultados presentes na coluna (1) encontram-se, genericamente, em linha com aqueles obtidos pela literatura. A taxa de desemprego, variável comumente utilizada para medir a dimensão do desemprego, apresenta, como esperado, uma relação inversa e estatisticamente significativa com os votos no governo. Isto significa que o acréscimo de 1 p.p. (ponto percentual) na taxa de desemprego provoca uma redução de 0,42 p.p. dos votos, evidenciando um claro padrão de responsabilização do governo por parte dos eleitores relativamente ao aumento do desemprego. Este efeito é corroborado quando na coluna (2) se introduz uma medida alternativa de desemprego (média mensal do número de desempregados registados em percentagem da população por município).

No que respeita às medidas de rendimento, a proporção de poder de compra *per capita* e o ganho médio mensal, o sinal é contrário àquele que se esperava, e estatisticamente significativo a 5% e 1%, respetivamente. A teoria indica que a melhoria das condições económicas, nomeadamente o rendimento, conduzem ao aumento da percentagem de votos no partido do governo, como forma de recompensa pelo bom desempenho dos indicadores económicos, o que não se observa. Uma explicação possível para este fenómeno poderá estar associada ao facto de em regiões em que o rendimento é maior, logo um poder de compra também maior, a população, tendencialmente com um nível de ensino mais elevado, ter uma maior sensibilidade e exigência relativamente à ação do governo, e uma maior predisposição para procurar soluções eleitorais alternativas noutros partidos para além do partido no governo. Adicionalmente, o período analisado inclui a intervenção da *Troika*, pelo que os resultados obtidos poderão ser reflexo do descontentamento vivido nesse período. Mais à frente tentar-se-á compreender melhor este resultado.

No que às variáveis de controlo diz respeito, nenhuma das variáveis sociodemográficas é estatisticamente significativa, não tendo efeito sobre a percentagem de votos obtidos pelo partido no governo. Quanto às variáveis políticas, verifica-se que a governação simultânea é determinante na obtenção de votos, estatisticamente significa ao nível de 1%. Isto implica que em municípios em que o presidente da câmara partilha a mesma cor partidária com o primeiro-ministro o governo obtém mais 7,89 p.p. A fragmentação partidária, por seu turno, não apresenta qualquer influência nos votos. Os controlos temporais e das *dummies* distritais foram testados através de um teste Wald que confirmou a significância conjunta destas variáveis (omitidas da tabela 3.2 por questões de espaço).

**Tabela 3.2.** Efeito da economia local nos votos do governo - Pooled OLS

Variáveis	Ano anterior		Dois anos anteriores		Sem NEP
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Tx. Desemprego (-1)	-0.424*** (-2.613)		-0.460*** (-2.810)		-0.419*** (-2.581)
Poder de Compra (-1) <sup>a</sup>	-0.031** (-2.061)		-0.029* (-1.923)		-0.036** (-2.415)
Desemprego (-1)		-0.546*** (-2.912)		-0.588*** (-3.110)	
Ganho médio mensal (-1) <sup>b</sup>		-5.628*** (-2.912)		-5.795*** (-2.981)	
População	-0.199 (-0.424)	-0.034 (-0.079)	-0.175 (-0.374)	-0.044 (-0.102)	-0.182 (-0.388)
Pop. 65 ou mais anos	0.013 (0.208)	0.008 (0.131)	0.007 (0.116)	0.003 (0.045)	0.036 (0.614)
Emprego Serviços	-0.023 (-0.644)	-0.014 (-0.385)	-0.025 (-0.689)	-0.013 (-0.370)	-0.027 (-0.764)
Governo Simultâneo	7.891*** (17.465)	7.861*** (17.434)	7.895*** (17.478)	7.872*** (17.468)	7.890*** (17.456)
Número Efetivo de Partidos	-0.871 (-1.542)	-0.778 (-1.380)	-0.873 (-1.544)	-0.749 (-1.328)	
Constante	43.361*** (13.240)	77.762*** (6.035)	43.399*** (13.284)	78.962*** (6.105)	40.996*** (14.160)
Observações	1,390	1,390	1,390	1,390	1,390
Eleições	5	5	5	5	5
Adjusted R-squared	0.412	0.414	0.412	0.415	0.411
Efeitos temporais	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Dummies distritais	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Estatística t em parêntesis; \*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1;

<sup>a</sup> Variável medida *per capita*

<sup>b</sup> Variável medida em logaritmo;

De uma forma geral, os resultados sugerem que os eleitores, ao recolherem informação económica, recuam um pouco mais no passado do que o que é tradicional, observando-se que os dois anos de desempenho económico são relevantes para a definição dos efeitos das variáveis económicas analisadas.

Relativamente ao número efetivo de partidos, suspeita-se da sua endogeneidade, uma vez que é construída com base nos valores da variável dependente. Recorreu-se a um modelo de variáveis instrumentais para aferir a existência de endogeneidade, utilizando os

desfasamentos da própria variável e medidas de dimensão populacional desfasadas. Todos os instrumentos utilizados são correlacionados com a variável instrumentalizada, considerados não fracos pelo teste de instrumentos fracos e válidos pelo teste de Sargan. Os resultados mostraram-se não conclusivos, apresentando coeficientes distintos em sinal e amplitude daqueles apresentados na estimação base, coluna (1). Tendo em conta que esta variável não possui significância estatística na maioria das regressões, a sua extração do modelo não altera consideravelmente os resultados das estimações, como se pode comprovar ao comparar o modelo (1) com o modelo (5).

A teoria indica que os eleitores tendem a recompensar os governos com a melhoria das condições económicas, nomeadamente quando se verifica uma redução do desemprego e o aumento do rendimento. Os resultados apresentados confirmam-na no que se refere ao desemprego, mas rejeitam-na quando analisamos o rendimento. Para tentar perceber melhor a origem deste resultado, procurou-se investigar a influência da governação simultânea, por um lado, e do efeito específico de cada eleição, por outro. Numa análise à interação entre as *dummies* anuais e as variáveis de rendimento, verificou-se uma particular relevância das eleições decorridas em 2015. Este ano marca o fim de uma legislatura dominada por políticas de austeridade, aplicadas no âmbito do terceiro resgate financeiro a Portugal pela *Troika* (Banco Central Europeu, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional), e pela consequente redução do rendimento real das famílias.

Foram analisadas interações das variáveis poder de compra *per capita* e ganho médio mensal real com a *dummy* que identifica a governação simultânea e aquela para o ano de 2015. As interações podem, potencialmente, gerar problemas de multicolinearidade. Foi realizada uma comparação entre os coeficientes apresentados na Tabela 3.3. e estimações com as variáveis económicas centradas<sup>14</sup>, concluindo-se que os coeficientes e respetivos erros-padrão não sofrem alterações, permitindo uma análise fiável às variáveis económicas. Da análise às estimações sobre o poder de compra, verifica-se, em primeiro lugar, que a taxa de desemprego mantém um efeito estatisticamente significativo sobre a percentagem de votos obtidos pelo partido no governo, não se alterando o sinal negativo do coeficiente. Quanto à variável de rendimento, repara-se que o efeito negativo é estatisticamente relevante exclusivamente para as interações.

---

<sup>14</sup> O procedimento de centrar as variáveis, ou seja, subtrair a média a cada observação, permite controlar para multicolinearidade.

**Tabela 3.3.** Efeito da economia local nos votos do governo - Pooled OLS

Variáveis	Poder de compra <i>per capita</i>			Ganho médio mensal		
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
Tx. Desemprego (-1)	-0.415** (-2.567)	-0.401** (-2.483)	-0.384** (-2.396)	-0.449*** (-2.767)	-0.437*** (-2.715)	-0.428*** (-2.660)
Poder de Compra (-1) <sup>a</sup>	0.006 (0.299)	-0.019 (-1.239)	0.031 (1.605)			
Poder de compra * <i>GS</i>	-0.068*** (-3.427)		-0.087*** (-4.347)			
Poder de compra * $\delta_{2015}$		-0.119*** (-4.169)	-0.143*** (-4.955)			
Ganho m. mensal (-1) <sup>b</sup>				-3.680 (-1.629)	-2.755 (-1.360)	0.743 (0.308)
Ganho m. mensal * <i>GS</i>				-4.698* (-1.683)		-7.502*** (-2.655)
Ganho m. mensal * $\delta_{2015}$					-15.978*** (-4.466)	-17.929*** (-4.919)
População	-0.198 (-0.424)	-0.349 (-0.747)	-0.379 (-0.816)	-0.071 (-0.164)	-0.077 (-0.178)	-0.136 (-0.315)
Pop. 65 ou mais anos	0.019 (0.310)	0.026 (0.437)	0.037 (0.617)	0.004 (0.072)	0.018 (0.296)	0.023 (0.375)
Emprego S. Serviços	-0.024 (-0.681)	-0.019 (-0.530)	-0.019 (-0.553)	-0.014 (-0.388)	-0.014 (-0.387)	-0.014 (-0.393)
Gov. Simultâneo ( <i>GS</i> )	13.114*** (8.251)	7.826*** (17.416)	14.507*** (9.063)	39.366** (2.103)	7.752*** (17.282)	58.044*** (3.063)
Num. Ef. Partidos	-1.030* (-1.823)	-0.744 (-1.322)	-0.921 (-1.643)	-0.825 (-1.462)	-0.675 (-1.203)	-0.740 (-1.321)
Constante	40.825*** (12.205)	42.074*** (12.866)	38.562*** (11.519)	64.867*** (4.305)	58.284*** (4.300)	34.945** (2.166)
Observações	1,390	1,390	1,390	1,390	1,390	1,390
Eleições	5	5	5	5	5	5
R <sup>2</sup> Ajustado	0.417	0.419	0.427	0.415	0.422	0.425
Efeitos temporais	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Dummies distritais	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM

Estatística *t* em parêntesis; \*\*\*  $p < 0.01$ , \*\*  $p < 0.05$ , \*  $p < 0.1$ ;

<sup>a</sup> Variável medida *per capita*;

<sup>b</sup> Variável em logaritmo.

Os resultados apontam para uma maior penalização do governo em municípios cujo presidente de câmara pertence ao mesmo partido no governo. Este resultado leva a crer que os eleitores tendem a ser mais exigentes com o governo quando este é composto pelo partido dominante nos municípios cujo executivo partilha a cor política com o executivo nacional,

e pode estar a captar um conjunto alargado de políticas governativas que afetam o rendimento e a sua distribuição pela população.

Da análise à *dummy* anual, verificou-se que o executivo em funções em 2015 viu-se mais penalizado pelo poder de compra que os restantes governos noutras eleições, verificando a percentagem de votos obtidos reduzida, em média, entre 0,119 p.p. e 0,143 p.p. por cada acréscimo percentual da variável de poder de compra. Tendo sido um mandato profundamente marcado por políticas de austeridade, e de fraco crescimento económico, é razoável assumir que, tal para como para o governo simultâneo, os eleitores em municípios com maior nível de rendimento, e maiores níveis de ensino, procuraram punir o governo PSD/CDS-PP pelas políticas adotadas, fazendo a coligação perder a maioria absoluta detida no parlamento até às eleições legislativas em 2015. Relativamente à mesma experiência com o ganho médio mensal como medida alternativa de rendimento, os resultados são em tudo semelhantes aos anteriormente expostos. A variável apenas influencia os votos quando integrada nas interações com o governo simultâneo, assim como com a *dummy* para 2015, não tendo significância estatística noutras circunstâncias. Apesar das razões para isto não serem claras, este estudo consegue, pelo menos, identificar alguns aspectos relativamente a este resultado inesperado.

Por forma a testar a robustez dos resultados económicos obtidos, utilizaram-se variáveis sociodemográficas alternativas, cujos resultados são apresentados na tabela 3.3. (em anexo). Procurou-se acrescentar ao modelo a percentagem de mulheres na população residente por município (coluna 1 e 2). Evans (2004: 6) aponta que o género é um fator relevante na determinação do sentido de voto. Elinder (2010) recorre à variação da percentagem de mulheres por município e obteve resultados significantes na explicação do voto. Nas colunas 1 e 2, os resultados para a percentagem de mulheres por município não obtêm significância estatística, mostrando evidência de que o género não é um fator sociodemográfico determinante na explicação dos votos no governo.

Foram também substituídas as variáveis das dimensões já consideradas na análise (dimensão populacional, idade e educação) por outras usualmente utilizadas na literatura. A dimensão da população passa a ser medida pela densidade populacional, a idade pela percentagem de residentes com idade entre os 20 e os 34 anos, e por fim a educação pela população empregada no setor primário (este indicador pretende captar a população com educação básica e inferior). Tal como nas estimações anteriores, a dimensão sociodemográfica a nível municipal não tem qualquer influência na decisão de voto. Por outro lado, independentemente das variáveis utilizadas para medir as características das

populações residentes em cada município, os indicadores económicos mantêm a sua significância estatística, assim como a dimensão do respetivo coeficiente se mantém relativamente estável entre as diferentes regressões efetuadas.

### 3.2.2. Pensões da Segurança Social

As dimensões analisadas na subsecção anterior são consideradas relevantes na explicação da decisão de voto. Contudo, o desempenho das respetivas variáveis não é direta e imediatamente definido pelo governo, mas sim o resultado indireto da adoção de políticas ao longo da legislatura. Desta forma, os resultados obtidos anteriormente estão associados à perceção dos eleitores sobre as políticas adotadas pelo governo, servindo os indicadores de desemprego e rendimento como instrumentos de avaliação do sucesso dessas políticas.

Nesta subsecção propõe-se a análise de um outro indicador, associado diretamente à ação do governo: as pensões da segurança social. Esta dimensão é o resultado direto da intervenção do governo na esfera pessoal de cada eleitor, sendo este beneficiário de qualquer género de pensão. Desta forma, o incremento dos valores das pensões torna-se apetecível aos partidos no governo em períodos eleitorais, como forma de captar votos. De notar que esta análise não procura verificar se os governos aumentam as pensões em períodos pré-eleitorais, mas sim se o aumento das pensões compensa.

A tabela 3.4. apresenta os resultados da análise efetuada com base nos valores médios anuais das pensões da segurança social por município<sup>15</sup>. As colunas 1 e 2 mostram que o valor das pensões não tem qualquer impacto nos votos do governo, sendo estatisticamente não significativo nos dois casos. O resultado não significativo pode ser explicável pelo facto de o governo não recorrer às pensões para proveito em termos eleitorais, ou os acréscimos eleitorais serem muito pequenos para provocar efeitos. Castro e Martins (2019: 178) mostram evidência de que os governos portugueses tendem a dar maior preferência, em períodos pré-eleitorais, a despesas de capital com impacto visível, tais como estradas, escolas e hospitais, aumentando as despesas nestes momentos para que a conclusão dos investimentos coincida com as eleições.

Após esta análise, procurou testar-se, à semelhança das variáveis de rendimento, o impacto da interação das *dummies* eleitorais com a variável das pensões. Das regressões experimentadas, destacou-se o efeito para o ano de 2015, cujo resultado surge nas colunas 3

---

<sup>15</sup> Variável extraída da base de dados do INE. Inclui as seguintes pensões atribuídas pela Segurança Social: pensão de sobrevivência, invalidez, doença profissional e velhice.

e 4. A interação é significativa na explicação dos votos do governo, mostrando que o partido no executivo em funções, em 2015, perdeu em média, *ceteris paribus*, 0,26 p.p. dos votos para os partidos da oposição. Este resultado encontra-se em linha de conta com aqueles obtidos por Hübscher *et al* (2021), mostrando um claro descontentamento do eleitorado face aos cortes de pensões executados no âmbito da intervenção da *Troika*, o que contribuiu para a perda da maioria absoluta detida pela coligação PSD/CDS-PP no mandato transato.

**Tabela 3.4.** Efeito das pensões nos votos do governo - Pooled OLS

Variável	(1)	(2)	(3)	(4)
Tx. Desemprego (-1)	-0.411** (-2.514)		-0.389** (-2.430)	
Desemprego (-1)		-0.500*** (-2.645)		-0.489*** (-2.640)
Pensões Seg. Social (-1) <sup>a</sup>	-2.906 (-0.994)	-2.848 (-0.974)	2.214 (0.753)	2.311 (0.786)
Pensões Seg. Social * $\delta_{2015}$			-25.801*** (-7.685)	-25.875*** (-7.711)
População	0.113 (0.260)	0.117 (0.269)	0.069 (0.162)	0.074 (0.174)
Pop. 65 ou mais anos	0.013 (0.220)	0.018 (0.296)	0.037 (0.623)	0.040 (0.683)
Emprego S. Serviços	-0.026 (-0.675)	-0.026 (-0.682)	-0.023 (-0.626)	-0.024 (-0.638)
Gov. Simultâneo (GS)	7.870*** (17.401)	7.872*** (17.411)	7.605*** (17.119)	7.607*** (17.130)
Número Efetivo de Partidos	-0.903 (-1.531)	-0.908 (-1.540)	-0.641 (-1.108)	-0.648 (-1.120)
Constante	64.173*** (2.775)	63.673*** (2.753)	21.306 (0.913)	20.572 (0.882)
Observações	1,390	1,390	1,390	1,390
Eleições	5	5	5	5
R <sup>2</sup> Ajustado	0.411	0.411	0.435	0.435
Efeitos temporais	SIM	SIM	SIM	SIM
Dummies distritais	SIM	SIM	SIM	SIM

Estatística *t* em parêntesis; \*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1;

<sup>a</sup> Variável em logaritmo.

## 4. Conclusão

O voto económico é um tema amplamente discutido na literatura internacional. Desde o lançamento da obra fundamental de Downs, *An Economic Theory of Democracy*, várias teorias nasceram e foram testadas empiricamente, tendo a hipótese da responsabilidade eleitoral ganho um maior número de adeptos, pelas evidências que têm sido demonstradas. Vários são os autores (Veiga e Veiga, 2004; Auberger e Dubois, 2005; Veiga e Veiga, 2010; Martins, 2010) que concluíram empiricamente que melhores (piores) condições económicas conduzem a melhores (piores) resultados eleitorais para o partido no governo. Desta forma, torna-se intuitivo associar-se uma determinada responsabilidade governamental pelo desempenho dos indicadores económicos, que se reflete nos resultados das eleições para o partido incumbente. A responsabilização materializa-se quando observamos que os bons resultados eleitorais, ou seja, a reeleição, se comparam a uma recompensa do eleitorado pelo bom desempenho, assim como maus resultados eleitorais correspondem a uma penalização, com a eleição de um partido da oposição para o governo.

O presente trabalho teve como objetivo a análise empírica dos determinantes do voto económico em Portugal, nas eleições legislativas ocorridas no século XXI. Procurou-se avaliar o impacto das variáveis económicas nos resultados obtidos pelo partido no governo, recorrendo a dados da economia municipal. Para tal, foi construído um painel de dados, com uma amplitude temporal entre 2000 e 2019, por forma a incluir as seis eleições decorridas nesse período, abrangendo os 278 municípios de Portugal continental. Recolheu-se um conjunto significativo de dados eleitorais, políticos, sociodemográficos e económicos, que permitiram testar empiricamente algumas hipóteses, nomeadamente, se os indicadores económicos locais são realmente importantes, e qual a sua amplitude na decisão de voto.

Os resultados obtidos revelaram algumas particularidades interessantes. Primeiramente, a economia, como dimensão, revelou-se importante explicação dos votos do governo. Reiterando os resultados encontrados na literatura, e reforçando a hipótese de responsabilização, acréscimos de desemprego têm um impacto negativo na função de voto dos governos portugueses. Em contrapartida, a teoria aponta para um impacto positivo da melhoria de dimensões como o rendimento, levando o eleitorado a recompensar o partido no governo com mais votos. Na análise aqui efetuada, as variáveis de rendimento utilizadas assumiram valores negativos, um resultado contrário àquele esperado pela literatura. Uma análise mais detalhada, revelou que este efeito está associado, particularmente, a municípios governados localmente pelo partido no poder nacional e que é característico do período em

que Portugal esteve submetido a um resgate financeiro internacional (eleições de 2015), com impacto severo na economia e na vida dos eleitores.

Os resultados também destacam, para a eleição de 2015, um efeito negativo do valor médio das pensões da segurança social, corroborando a hipótese levantada anteriormente. Estes resultados ajudam a explicar a perda da maioria absoluta detida pela coligação PSD/CDS-PP, entre 2011 e 2015, gerando uma oportunidade para o regresso do PS ao poder. Finalmente, os resultados também sugerem que os eleitores nacionais deste século são relativamente menos míopes do que seria de esperar, dado que parecem incorporar na decisão de voto as condições económicas dos dois anos anteriores a cada eleição. De entre os controlos utilizados, as variáveis sociodemográficas mostraram-se irrelevantes na explicação do voto, ao contrário das variáveis políticas, em particular, a governação simultânea. A partilha das cores políticas entre o governo nacional e o executivo autárquico consubstancia numa vantagem clara face aos adversários na corrida eleitoral.

De forma empírica, este trabalho procurou contribuir para uma melhor compreensão do voto económico em Portugal. Tendo como foco a dimensão económica ao nível municipal, foi possível confirmar que a economia possui um papel determinante nos votos no governo, não excluindo a importância de outras dimensões na explicação do voto.

## Bibliografia

- Aidt, T. S. (2000). Economic voting and information. *Electoral Studies*, 19(2-3), 349-362.
- Auberger, A., & Dubois, E. (2005). The influence of local and national economic conditions on French legislative elections. *Public Choice*, 125(3), 363-383.
- Castro, V., & Martins, R. (2019). Budgets, expenditure composition and political manipulation. *International Review of Applied Economics*, 33(2), 172-187.
- Downs, A. (1957). *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper and Row.
- Elinder, M. (2010). Local economies and general elections: The influence of municipal and regional economic conditions on voting in Sweden 1985–2002. *European Journal of Political Economy*, 26(2), 279-292.
- Evans, J. (2004). *Voters and Voting: an introduction*. London: Sage Publications.
- Généreux, J. (1995). *Introdução à Política Económica*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Hübscher, E., Sattler, T., & Wagner, M. (2021). Voter responses to fiscal austerity. *British Journal of Political Science*, 51(4), 1751-1760.
- Laakso, M., & Taagepera, R. (1979). “Effective” number of parties: a measure with application to West Europe. *Comparative political studies*, 12(1), 3-27.
- Lewis-Beck, M. S., & Paldam, M. (2000). Economic voting: an introduction. *Electoral studies*, 19(2-3), 113-121.
- Martins, R. (2010). *Análise económica do comportamento eleitoral em Portugal. Tese de doutoramento em Economia*. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Martins, R., & Veiga, F. J. (2013). Economic voting in Portuguese municipal elections. *Public Choice*, 155(3), 317-334.
- Nannestad, P., & Paldam, M. (1994). The VP-function: A survey of the literature on vote and popularity functions after 25 years. *Public Choice*, 79(3), 213-245.
- Nannestad, P., & Paldam, M. (1997). The grievance asymmetry revisited: A micro study of economic voting in Denmark, 1986–1992. *European Journal of Political Economy*, 13(1), 81-99.

- Paldam, M., & Nannestad, P. (2000). What do voters know about the economy?: A study of Danish data, 1990–1993. *Electoral Studies*, 19(2-3), 363-391.
- Powell Jr, G. B., & Whitten, G. D. (1993). A cross-national analysis of economic voting: taking account of the political context. *American Journal of Political Science*, 391-414.
- Riker, W. H., & Ordeshook, P. C. (1968). A Theory of the Calculus of Voting. *American political science review*, 62(1), 25-42.
- Veiga, F. J., & Veiga, L. G. (2004). The determinants of vote intentions in Portugal. *Public Choice*, 118(3), 341-364.
- Veiga, F. J., & Veiga, L. G. (2010). The impact of local and national economic conditions on legislative election results. *Applied Economics*, 42(13), 1727-1734.
- Wooldridge, J. M. (2015). *Introductory econometrics: A modern approach*. Cengage learning.

## ANEXOS

**Tabela A1** – Estatísticas descritivas

Variável	Tipo	Obs.	Média	D. Padrão	Min.	Máx.
Votos	Concelho	1668	36.113	10.302	8.242	77.454
Desemprego (% pop.)	Concelho	1390	4.211	1.611	.922	10.990
Taxa de desemprego	Concelho	1390	4.874	1.898	1.041	12.758
Poder de Compra	Concelho	1665	75.775	23.534	34.950	277.930
Ganho médio mensal	Concelho	1390	833.272	152.043	581.687	1953.080
Pensões da Seg. Social	Concelho	1390	3920.215	714.292	2730.664	7909.188
População	Concelho	1668	3.098	.779	1.000	4.000
Densidade populacional	Concelho	1668	309.102	859.179	3.800	7740.500
Pop. 65 mais anos	Concelho	1668	23.454	6.526	8.717	46.271
Pop. entre 20 e 34 anos	Concelho	1668	17.987	2.850	9.190	26.780
Emprego S. Serviços	NUTS III	1668	55.473	11.622	32.065	86.255
Emprego S. Primário	NUTS III	1668	18.500	11.740	1.094	47.148
Mulheres (% pop.)	Concelho	1668	52.012	.997	46.791	56.530
Governo Simultâneo	Concelho	1668	.423	.494	0.000	1.000
N. Efetivo de Partidos	Distrito	1390	3.504	.686	1.921	5.621

**Tabela 3.3.** Análise de robustez: variáveis sociodemográficas - Pooled OLS

Variável	(1)	(2)	(3)	(4)
Tx. Desemprego (-1)	-0.443*** (-2.720)		-0.412*** (-2.614)	
Poder de Compra (-1) <sup>a</sup>	-0.036** (-2.305)		-0.031** (-2.050)	
Desemprego (-1)		-0.565*** (-2.997)		-0.525*** (-2.858)
Ganho médio mensal (-1) <sup>b</sup>		-5.828*** (-2.999)		-5.884*** (-3.096)
População	-0.148 (-0.313)	0.046 (0.103)		
Pop. 65 ou mais anos	-0.008 (-0.121)	-0.007 (-0.117)		
Emprego S. Serviços	-0.034 (-0.931)	-0.024 (-0.641)		
Mulheres (% Pop. Total)	0.406 (1.213)	0.314 (0.966)		
Densidade Populacional			-0.000 (-0.311)	-0.000 (-0.543)
Pop. entre 20 e 34 anos			-0.025 (-0.176)	-0.047 (-0.342)
Emprego S. Primário			-0.046 (-1.328)	-0.052 (-1.504)
Governo Simultâneo	7.918*** (17.507)	7.880*** (17.459)	7.902*** (17.502)	7.868*** (17.463)
Número Efetivo de Partidos	-0.835 (-1.475)	-0.767 (-1.359)	-0.838 (-1.531)	-0.715 (-1.314)
Constante	23.558 (1.414)	63.508*** (3.243)	42.822*** (13.675)	80.211*** (6.476)
Observações	1,390	1,390	1,390	1,390
Eleições	5	5	5	5
R <sup>2</sup> Ajustado	0.412	0.414	0.413	0.415
Efeitos temporais	SIM	SIM	SIM	SIM
Dummies distritais	SIM	SIM	SIM	SIM

Estatística *t* em parêntesis; \*\*\*  $p < 0.01$ , \*\*  $p < 0.05$ , \*  $p < 0.1$ ;

<sup>a</sup> Variável medida *per capita*;

<sup>b</sup> Variável em logaritmo.